VI Encontro Discente de História da UFRGS

ISSN 1984-5634

Uma análise das categorias raça, classe e gênero baseado na trajetória de Rodolfo Xavier

Ângela Pereira Oliveira Balladares[1]

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

EDITOR-CHEFE:
Elisa Schneider Venzon

EDITORA-GERENTE:
Leandro Ferreira Souza

COMO CITAR:
Balladares, A. P. O. Uma análise das categorias raça, classe e gênero baseado na trajetória de Rodolfo Xavier. *Aedos*, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 31-35, jan.–jun., 2024.

https://seer.ufrgs.br/aedos/

Rodolfo era um dos filhos da escravizada Eva, no entanto, nascido de ventre livre. Ele era natural da cidade de Pelotas-RS. Rodolfo foi um dos idealizadores do jornal de imprensa negra *A Alvorada* (1907-1965), além de um dos mais longos colaboradores (tendo contribuído com o semanário desde a sua fundação até o ano de 1964, quando acabou falecendo).

Rodolfo Xavier não é um nome desconhecido pela historiografia local. Entre os estudos que permitem reconstituir sua história temos, por exemplo, nomes como Beatriz Loner (2011 e 2016), Eliane Peres (2002), José Antônio dos Santos (2003), Lúcio Alves (2005) e Fernanda Oliveira da Silva (2011 e 2017).

Beatriz Loner realizou diversos estudos sobre a classe trabalhadora negra pelotense apontando para a construção de redes de apoio entre eles, através da formação de associações (dos mais variados tipos, tais como beneficentes ou recreativas, por exemplo). A historiadora destacou o cotidiano desses sujeitos e as estratégias de vida por eles construídas. Ainda que Rodolfo tenha sido um assíduo personagem nos textos de Beatriz Loner, uma vez que também era uma liderança operária, foi Antônio Baobad, seu irmão, quem teve maior destaque no contexto analisado pela historiadora.

Ao abordar os cursos masculinos de alfabetização noturnos ofertados na Bibliotheca Pública Pelotense, que tinha por objetivo a formação de uma classe trabalhadora letrada, Eliane Peres trouxe Rodolfo Xavier como um dos melhores alunos do curso de instrução primária.

1 Doutoranda no PPGH da UFRGS. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9086-0287. E-mail: angelapoliveira2@gmail.com.

A Alvorada foi fonte e objeto no estudo de José Antônio dos Santos. Ele chamou a atenção para a longa existência desse jornal em uma cidade como Pelotas, de expressiva presença negra e marcada por tensões raciais. O autor destacou a importância e a potência de *A Alvorada* enquanto um veículo de imprensa exclusivo para a comunidade negra. Ainda, trouxe os sujeitos por trás das páginas do semanário.

Lucio Alves utilizou os textos escritos por Rodolfo Xavier sobre o movimento sindical de modo a compreender esse sujeito como um intelectual orgânico. Ele trouxe alguns elementos biográficos sobre Rodolfo, mas acabou não dando continuidade a pesquisa, deixando diversas lacunas para serem preenchidas.

Fernanda Oliveira da Silva, influenciada pelos estudos de Beatriz Loner, se dedicou aos espaços associativos negros de Pelotas, em especial os clubes sociais e recreativos. A historiadora deu destaque a interação entre *A Alvorada*, e alguns de seus membros com esses espaços. Fernanda da Silva mapeou a presença desses homens e mulheres demonstrando a construção de redes de relacionamentos entre eles.

Como demonstrado, Rodolfo teve seus textos utilizados como fontes em variadas pesquisas. No entanto, nenhum estudo havia se dedicado a esse sujeito em específico, até o presente momento.

Ainda na graduação pude visualizar muitas possibilidades nas páginas do jornal *A Alvorada* de conhecer a história negra local. No entanto, foi durante a realização do mestrado que me dediquei a imprensa negra seja como fonte ou mesmo como objeto de pesquisa. O estudo intitulado de *A racialização nas Entrelinhas da Imprensa Negra*, defendido em 2017, trouxe uma maior proximidade com a escrita de Rodolfo.

Rodolfo tem sido o fio condutor da pesquisa de doutorado que venho desenvolvendo no programa de pós-graduação em história, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. As possibilidades da trajetória pessoal e o pensamento desse homem negro tem sido a temática a qual tenho me dedicado. Assim, a organização da tese, em andamento, foi dividida em duas partes. A primeira, com foco na construção do sujeito Rodolfo.

Por meio da trajetória pessoal, baseada nas relações familiares busco entender a construção desse sujeito no coletivo, através do convívio com uma família que se estende para além das relações de consanguinidade. Para entender Rodolfo não é possível desvincula-lo de sua identidade de trabalhador, por isso, com base na sua relação com o mundo do trabalho dou continuidade a análise acerca da construção de si. Por fim, tento adentrar nas discussões sobre masculinidades negras no intuito de compreender alguns dos significados do que implicava ser um homem negro naquele contexto e como Rodolfo lidou isso.

A segunda parte da tese é dedicada a escrita de Rodolfo. Tendo o leitor se familiarizado e conhecido um pouco mais desse sujeito, na primeira parte, julgo que a escrita acaba por se tornar ainda mais compreensível.

No semanário *A Alvorada*, Rodolfo escreveu sobre diversas questões pertinentes ao mundo do trabalho (sobretudo de sua categoria, a construção civil, tendo ele a profissão de pedreiro), tais como, aumento de salários, excesso da jornada de trabalho e condições de subsistência. Além disso, ele atuou incessantemente na positivação da raça negra fazendo frente ao racismo presente na sociedade brasileira pós-abolição. Os escritos de Rodolfo no jornal *A Alvorada* apontam seu engajamento e militância, tanto para com a classe trabalhadora, como em defesa das pessoas negras.

Para a tese, optei em tratar do tema raça e cor, acreditando serem politicamente pertinentes para a compreensão das relações sociais daquela comunidade naquele contexto e, de extrema relevância para a atualidade. Outro assunto que faz parte da tese é a educação de pessoas negras, uma bandeira defendida pelos movimentos sociais negros, pelos jornais negros e pelas pessoas negras que assim como Rodolfo lutaram em prol desse direito.

Nessa breve apresentação trago um recorte acerca do uso de categorias como raça e classe, acionadas por Rodolfo, em seus textos, de modo a pensar o porquê e para que essas eram utilizadas, visando explorar suas potencialidades.

Ao abordar o tema raça enfatizo que não existem diferentes raças, no sentido biológico. A ideia de raça aqui empregada faz parte de uma construção que pressupõe a existência dessas tais diferenças biológicas e essa crença gera hierarquias sociais, cujos reflexões se fazem presença na nossa sociedade diariamente. O debate acerca do tema raça foi bastante efervescente durante os anos em que Rodolfo escreveu em jornal. Ainda que sua opinião assim como a imensa maioria da população de descendentes de africanos não fosse levada em consideração, Rodolfo manifestou-se frequentemente a respeito do tema. Sendo um sujeito que partilhava das ideias de sua época, Rodolfo também acreditava na existência de diferentes raças. Segundo ele, a principal diferença entre as raças se dava nas oportunidades existentes para uma, no caso a branca e ausentes para outra, no caso, a negra.

Ainda que fizesse uso da categoria raça, Rodolfo soube se valer dela para a desconstrução de estereótipos, contrapor a ideia de inferioridade racial e denunciar o racismo latente na sociedade brasileira como um todo, sobretudo na sua cidade. Rodolfo acompanhou os debates acerca do reconhecimento do negro na formação da sociedade brasileira e também da valorização da mestiçagem. Ele considerava que as diferentes atribuições identitárias causadas pelo diverso vocabulário racial brasileiro dificultava a luta contra o racismo. Tendo a categoria negro um peso semântico negativo, Rodolfo escreveu:

> Somos, ou não somos negros, e se não somos o que é que somos?
>
> Vermelhos, amarelos, bronzeados?
>
> **É um termo pejorativo, alegam; mas é por causa disso mesmo que o empregamos, em toda a latitude de seu significado, para que desapareça o pejorativo da expressão.**
>
> O branco não se mostra magoado, ipso facto, por ser chamado de branco.
>
> Porque motivos que o negro pertencente a Raça Negra, se abespinha, ao ser chamado de negro? Se a sua raça é a negra, ele não tem do que se melindrar por chama-lo de negro.
>
> Sob o ponto de vista racial é que pretendemos combater o sentido aviltante e pejorativo, que nos dão, no uso desse vocábulo.
>
> Havemos de ser sempre considerados como negros, tratados de negros, toda vez que se determinem as raças.
>
> Isto de "pretos", "homens de cor", são atenuantes do pejorativo negro. (*A Alvorada*, 23.07.1933, p. 01)

Em meados da década de 1950, Rodolfo acompanhou os debates que estavam ocorrendo nos espaços acadêmicos, como na Universidade de São Paulo, acerca da ideia de raça e sobretudo de reconhecimento da existência do racismo.

Dando continuidade a proposta da apresentação é possível afirmar que *A Alvorada* foi um jornal de imprensa negra e igualmente de imprensa operária. Ao longo do período em que escreveu seus

textos, as simpatias políticas de Rodolfo não foram sempre as mesmas. Os textos referentes a data do Primeiro de maio, geralmente estampavam a primeira página e tinha Rodolfo Xavier como autor. Algumas falas de Rodolfo em sindicatos, por vezes foram publicadas, em alguns casos, porque seu discurso já estava pronto e o evento havia sido cancelado, em outros casos como uma lembrança de determinado ocorrido, em outros como uma espécie de ata da cerimônia.

Rodolfo esteve à frente da formação de organizações para os operários e se desentendeu com os sindicatos após a oficialização pelo governo Vargas. A formação de sindicatos patronais foi um desgosto para Rodolfo, o que se deu sobretudo, pela possibilidade de eleição de um deputado classista, que seria feita através dos sindicatos. Os textos de Rodolfo demonstram o seu grau de consciência quanto a exploração sofrida pelos trabalhadores em prol do enriquecimento de seus patrões, além de relatar disputas entre trabalhadores nacionais e estrangeiros por bons postos de trabalho.

Ele também cobrava medidas políticas e maior participação nas lutas operárias. Segundo ele "as classes que nos dominam, que exploram nosso trabalho, que conhecem a fundo nossa 'passividade', e que sabem que somos incapazes de pleitear direitos, pouco ou nada, se importarão com 'artigos e parágrafos' que não tenham força de decretos" (*A Alvorada*, 09.09.1934, p. 02)"

Francisca, esposa de Rodolfo era dona de casa, mas ele esteve atento a atuação das mulheres no mercado de trabalho, igualmente das crianças, pedindo equidade de salários e melhores condições para as trabalhadoras. Rodolfo acompanhou os debates em torno da regularização das oito horas de trabalho, denunciou a exploração sofrida pelos trabalhadores que além de mal remunerados não ganhavam o suficiente para alimentar suas famílias. Um exemplo dessas colocações pode ser observado no seguinte trecho escrito por ele:

> Fazia, e faz-se mister uma coesão e conjuntamente um movimento prático e eficiente de todas as classes operárias não só em São Paulo como em todos os centros progressistas do Brasil, no sentido de melhorar-se a vida caríssima que atravessa essas mesmas classes e dar outro rumo a passividade de rebanhos a cuja categoria atingiu o conjunto das classes operárias em relação aos seus exploradores, pois que, dão-lhes o máximo do esforço físico pela menor das compensações materiais. (*A Alvorada*, 18.08.1956, p. 01/06)

Por fim, ainda que Rodolfo tenha deixado uma vasta produção escrita, me deparo com limitações quanto à abordagem de seus sentimentos, uma vez que ele não demonstrava em seus textos. Esse fato foi o que me instigou a adentrar ao universo da masculinidade e refletir sobre o que era ser um homem negro na geração de Rodolfo. Para poder compreender esse aspecto além das fontes documentais e dos textos escritos por ele fiz uso da história oral. Para empregar a metodologia da história oral contei com o auxílio de Lucio Xavier que me levou a única pessoa viva que conviveu com Rodolfo, sua afilhada Isabel Cardoso da Silva e Souza.

Isabel descreveu seu padrinho como um sujeito calado, sério e de olhar triste. Através dela tenho adentrado a um espaço íntimo e particular de Rodolfo, sua casa, construída por suas próprias mãos. A relação dela com a esposa expressa o seu conservadorismo em relação a mulher. Rodolfo era um sujeito comum, sua história, certamente se repetiu em muitos outros sujeitos. Ele tinha uma vida simples, era trabalhador e autodidata, gostava de ler e quando se tornou pai, incentivou o filho a se destacar de modo a ser um exemplo. Rodolfo teve uma vida longa, com várias perdas no caminho, cuidou de

sua mãe na velhice dela, perdeu um irmão que era uma referência já que não teve uma figura paterna, ficou viúvo, após sua esposa falecer de câncer.

Rodolfo não era um sujeito excepcional, tinha suas incoerências e uma história comum, assim como muitos outros sujeitos. Essa pesquisa é fruto de um interesse pessoal, é claro, possível em razão dos caminhos percorridos pelos estudos anteriores, além da vastidão de fontes e da rede de apoio que encontrei. Obrigada!

REFERÊNCIAS

ALVES, Lucio. Rodolpho Xavier: uma intelectualidade na organização sindical e na luta dos negros em Pelotas (1931-1935). *Monografia de graduação* (História). Pelotas: UFPEL, 2005.

LONER, Beatriz. Antônio: de Oliveira a Baobad. *In:* GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. *Experiências da Emancipação*: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo negro, 2011, p. 109-136.

LONER, Beatriz. *Construção de classe*: operários de Pelotas e Rio Grande. Pelotas: Ed. UFPel, 2016.

OLIVEIRA, *Ângela*. A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada - 1920-1935. *Dissertação de mestrado* (História). Pelotas: UFPEL, 2017.

PERES, Eliane. *"Templo de Luz":* os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875 – 1915). Pelotas-RS: Seiva Publicações, 2002.

SANTOS, José Antônio dos. *Raiou a Alvorada:* Intelectuais negros e imprensa – Pelotas (1907-1957). Pelotas. Ed. Universitária, 2003, v. 7.

SILVA, Fernanda Oliveira da. As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960). *Tese de Doutorado* (História). Porto Alegre: UFRGS, 2017.

SILVA, Fernanda Oliveira da. Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em pelotas (1820-1943). *Dissertação de Mestrado* (História). Porto Alegre: PUCRS, 2011.

ISSN 1984-5634

Nas fronteiras da escravidão e do pós-Abolição: trajetórias de trabalhadores negros dos transportes urbanos de Santa Maria na virada do século XIX para o XX

Luiz Fernando dos Santos da Silva Rodrigues[1]
Universidade Federal de Santa Maria

EDITOR-CHEFE:
Elisa Schneider Venzon
EDITORA-GERENTE:
Leandro Ferreira Souza

COMO CITAR:
Rodrigues, L. F. S. S. Nas fronteiras da escravidão e do pós-Abolição: trajetórias de trabalhadores negros dos transportes urbanos de Santa Maria na virada do século XIX para o XX. *Aedos*, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 36-42, jan.–jun., 2024.

https://seer.ufrgs.br/aedos/

Rubens Pinto andava pela Rua do Comércio de Santa Maria na tarde do dia 12 de fevereiro de 1913, estava em companhia de Adão *de Tal* e levava uma bandeja de doces para a Casa Comercial Caiaffo, a pedido de seu patrão Astrogildo de Azevedo, médico conhecido na cidade. Rubens tinha dezessete anos de idade, era preto e corpulento, sendo assim descrito pelas testemunhas do processo criminal que foi instaurado devido ao conflito que será descrito a seguir[2]. Passando em frente ao Hotel Kroeff, Rubens avistou Horácio D'agosto, um rapaz franzino filho de italianos, com dezoito anos de idade e natural de São Paulo. Horácio era conhecido por ser um cambista falastrão, que vendia falsos bilhetes de loteria. Após uma rápida troca de ofensas entre os dois, Horácio armado com um pedaço de ferro, feriu Rubens que reagiu desarmando-o. Mas naquele momento, Horácio sacou um revólver e desferiu um tiro que atingiu Rubens Pinto, sendo esse encaminhado para o Hospital de Caridade.

O que parece ser só mais um episódio trivial das contendas que ocorreram entre os populares de Santa Maria, abre margem para refletir sobre o pós-Abolição em suas mais variadas dimensões. Meu objetivo no presente texto é destacar dois fragmentos de trajetórias boleeiros[3] negros de Santa Maria - Rubens Pinto e Silvério Teixeira do Amaral - ambos trabalhadores

1 Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Maria, Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da mesma Instituição, bolsista CAPES/DS e membro do Grupo de Estudos Sobre o Pó-Abolição – GEPA (UFSM). Orcid: 0000-0001-6371-384X. E-mail: fernando12rodrigues@gmail.com.

2 Processo-crime, nº 070, Santa Maria, 1913, AHMSM.

3 Primeiramente é preciso destacar o motivo de trabalhar com essa categoria de trabalhadores. Parto de reflexões acerca de uma pesquisa de mestrado em andamento, que tem como objetivo analisar o setor de transportes urbanos de Santa Maria e as relações entre os carroceiros, boleeiros e chauffeurs da cidade. Como "boleeiro" entende-se os trabalhadores que transportavam pessoas em veículos de tração animal, podendo exercer essa função como condutores particulares, ou como condutores de veículos de "praça", que ficavam em determinados locais da cidade à espera de clientes.

do setor de transportes urbanos, mas que mantinham relações de trabalho e experiências distintas. Utilizo como fontes para essa pesquisa: processos criminais; cartas de alforria; inventários *post mortem*; documentos civis e paroquiais, como batismos, registros de nascimento, óbito e habilitações de casamento, assim como a documentação da Intendência Municipal de Santa Maria, presente no Arquivo Histórico da cidade.

O "nome" daqueles sujeitos surge como um fio condutor, capaz de conectar os indícios e vestígios deixados por eles ao longo do tempo, por isso a micro-história, através do método onomástico, se configura como importante ferramenta metodológica para a construção dessas trajetórias (GINZBURG; PONI, 1989). Álvaro Pereira do Nascimento (2016), em um artigo que trata sobre o *paradigma da ausência* dos trabalhadores negros na História Social do Trabalho, oferece caminhos de pesquisa para o estudo da classe trabalhadora, a fim de superar a ausência da cor dos trabalhadores na historiografia do trabalho no Brasil:

> É incrível como poderíamos aprender mutuamente trocando informações acerca das fontes existentes em cada área, sejam elas recursos online, como a hemeroteca digital da Biblioteca Nacional ou o *Family Search* (que disponibiliza milhões de registros paroquiais e cartoriais), sejam fontes localizadas fisicamente em arquivos, como os inventários *post mortem*, livros notariais, testamentos, processos criminais, trabalhistas e cíveis e correspondências, além de inúmeras outras, que nos ajudam a encontrar a origem do indivíduo, suas famílias, crenças, sociabilidades, parentescos, cores, o cotidiano laboral e pessoal, além da condição social. (NASCIMENTO, 2016, p. 621)

Por mais que essa prática metodológica tenha tido maior ressonância no campo da História da Escravidão e do Pós-Abolição, o autor direciona suas críticas para que a História do Trabalho incorpore essas reflexões. Contudo, importantes avanços ocorreram nos últimos anos no seio da historiografia do trabalho, que foram evidenciados por Álvaro do Nascimento (2016), mas também por Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva (2009) e mais recentemente por Paulo Cruz Terra e Fabiane Popinigis (2019). O *paradigma da ausência* tem aos poucos foi dando espaço para o *paradigma da agência* dos trabalhadores na História do Brasil (CHALHOUB; SILVA, 2009), o que reflete uma mudança de postura das historiadoras e historiadores diante das novas e velhas problemáticas desse campo de estudos.

A cidade de Santa Maria despontou nesse contexto, como um importante *lócus* de estudos para refletir as relações entre os trabalhadores pobres durante a virada do século XIX para o XX. Diante de um processo de modernização e crescimento, impulsionado pela construção da ferrovia e a consolidação da cidade como um importante polo ferroviário do Rio Grande do Sul. Santa Maria surge nesse período como uma localidade atrativa para trabalhadores e trabalhadoras, que buscavam naquela região melhores oportunidades de trabalho e sobrevivência. Além da ferrovia, outros setores econômicos se dinamizaram e demandavam por mão-de-obra, sendo um desses o setor de transportes urbanos da cidade. Carroceiros, boleeiros e, com o avançar do século XX, os chauffeurs, eram encarregados pelo transporte de cargas e pessoas, que adentravam e saíam da cidade pela ferrovia, além de trabalharem como condutores particulares.

Franciele Rocha Oliveira (2016; 2017; 2022) e Ênio Grigio (2016), ao estudarem o associativismo negro de Santa Maria e as trajetórias de egressos da escravidão e seus descendentes, identificaram alguns carroceiros, boleeiros e chauffeurs em organizações negras da cidade. Essas trajetórias foram importantes

para entender as relações estabelecidas por aqueles sujeitos, do trabalho que passava de geração em geração, além é claro no elemento associativo, que perpassava desde os clubes sociais negros, blocos carnavalescos, clubes de futebol e as irmandades religiosas negras. Espaços constituídos por sujeitos de cor, que eram ao mesmo tempo trabalhadores e trabalhadoras, compartilhavam dentro daqueles lugares suas perspectivas, projetos, frustrações e se organizavam enquanto sujeitos pertencentes a uma identidade racial e de classe (LONER, 1999).

Sigo agora com Rubens Pinto.

"O CRIOULO BOLEEIRO DO DOUTOR ASTROGILDO"

O jovem boleeiro Rubens Pinto, ferido por um tiro de revólver, em seu depoimento à polícia em um leito no Hospital de Caridade de Santa Maria, relatou o acontecimento que descrevi no início do texto. Por rixas antigas com Horácio D'Agosto, o desenrolar da discussão teria sido o tiro que o atingiu e posteriormente o levou a morte nove dias após o ocorrido por "gangrena gasosa consecutiva a ferimento por arma de fogo"[4]. O ferroviário Antônio Martins, em seu depoimento, afirmou que Rubens era "o crioulo boleeiro do Doutor Astrogildo", outra testemunha destacou que o boleeiro "residia ao lado da casa do doutor Astrogildo de Azevedo". Essas declarações ajudam a construir alguns aspectos sobre a trajetória de Rubens Pinto e elementos ligados às relações de trabalho estabelecidas no pós-Abolição em Santa Maria. Rubens ao longo dos poucos relatos que deu antes de morrer, afirmou ser filho de Anastácio Pinto. O registro de óbito de Rubens foi declarado pelo seu pai Anastácio, que afirmou que o mesmo era filho legítimo do declarante e de sua esposa Martha Pinto[5]. Nesse momento que as relações familiares do boleeiro começam a tomar forma e os nomes daqueles sujeitos vão se interligando.

Rubens Pinto era neto de africanos escravizados em Santa Maria, seus avós paternos eram Maria Mina e Bento de Tal, nascidos na África e os maternos eram Maria Becker e Bento de tal, também africanos[6]. Das informações que possuo sobre as avós africanas de Rubens Pinto, todas sugerem uma ligação com a família de Astrogildo de Azevedo, patrão de Rubens e importante figura da elite santa-mariense. Astrogildo foi um dos médicos responsáveis pelas articulações para construção do Hospital de Caridade de Santa Maria - fundado em 1903 - possuía também relações com família Becker-Pinto, através do seu casamento com Aura Becker-Pinto, filha do médico Pantaleão José Pinto e de Ana Becker[7]. Aura Becker-Pinto era neta de Nicolau Becker, comerciante de origem germânica, que constituía uma elite de alemães com influência política e social em Santa Maria.

Encontrei alguns indícios que sugere que Maria Becker foi escravizada por Nicolau Becker, a mesma teria adotado o sobrenome do seu ex-senhor em liberdade. No dia 9 de Novembro de 1849, a jovem africana de 15 anos de idade, descrita como de "Nação da Costa", foi batizada como "Maria", cujo "proprietário" era Nicolau Becker[8]. Maria deu a luz a diversos filhos e filhas, sendo que uma delas

4 Óbito. Ruben Pinto, dia 21 de Fevereiro de 1913. Family Search.

5 Óbito. Ruben Pinto, dia 21 de Fevereiro de 1913. Family Search.

6 Encontramos as informações sobre os avós de Rubens Pinto a partir dos registros de nascimento dos seus irmãos. Inserir referências dos registros: Nascimento. Cássio Pinto, dia 7 de Maio de 1897, Santa Maria. Family Search/ Nascimento. Sara Pinto, dia 15 de Maio de 1902, Santa Maria. Family Search/ Óbito. Ernani Pinto, dia 10 de Junho de 1911, Santa Maria. Family Search.

7 Ver: ROSSI, 2019.

8 Paróquia Nossa Senhora da Conceição. Santa Maria. Livro de Batismo n. 3 (1845-1850), p. 139v-140. ACSM

foi "Martha", nascida em 1865[9], portanto ainda escravizada. Rubens era neto de Maria Becker e filho de Martha, ambas escravizadas pelos avós de Aura Pinto, por conseguinte o mesmo trabalhava como boleeiro, vivendo ao lado da casa dos patrões, o que podemos presumir ser uma espécie de "casa de empregados" ou um "puxadinho" feito para os criados.

Mesmo o boleeiro sendo jovem (na época do processo criminal possuía apenas 17 anos de idade) ele convivia e trabalhava para a família de Astrogildo de Azevedo desde tenra idade. Busquei pelo nome de "Rubens" nos livros de entrada dos pacientes do Hospital de Caridade[10], através do banco de dados cedido pela pesquisadora Gabriela Rotilli dos Santos (2021). Obtive três ocorrências que podem ser dele. A primeira foi a entrada de um menor de sete anos de idade, por nome "Rubens", de cor preta, cuja profissão era "copeiro'", deu entrada no hospital no dia 8 de dezembro de 1905 para tratar de "sarampo" e foi atendido pelo médico Astrogildo de Azevedo. A segunda ocorrência deu-se no dia 9 de março de 1912, um jovem de 16 anos de idade deu entrada no hospital com o diagnóstico de "gripe", seu nome era Rubens Anastácio, era descrito como de cor preta, cuja profissão era de "serviços domésticos", foi tratado pelo médico Nicolau Becker Pinto. O terceiro registro de Rubens no Hospital de Caridade foi a entrada que o mesmo deu no dia 12 de fevereiro de 1913, por conta de um ferimento de bala – o mesmo que o levou ao óbito – Rubens era descrito como de cor preta, com 17 anos de idade e de profissão "cocheiro", foi atendido também pelo seu patrão o médico Astrogildo de Azevedo.

Esses indícios sugerem que o boleeiro Rubens Pinto, desde muito cedo, atuava como trabalhador doméstico e trabalhava provavelmente para Astrogildo de Azevedo. Esse argumento é sustentado pelas testemunhas do processo criminal que ressaltam que o boleeiro estava "levando uma bandeja de doces para a Casa Comercial Caiffo, a pedido de Astrogildo", ou seja, mesmo sendo boleeiro/cocheiro, Rubens desenvolvia atividades domésticas que não diziam respeito propriamente ao trabalho como condutor. As relações de trabalho nas quais estava envolvido o jovem boleeiro, passava por uma série de significações, através de rupturas e continuidades ligadas ao recente período escravista. A família de Rubens, suas avós africanas com sua extensa prole, ao que tudo indica, permaneceram em Santa Maria, construindo naquela localidade sua vida em libertada, todavia, movimentos diferentes ocorreram na vida do boleeiro Silvério Teixeira do Amaral.

O BOLEEIRO SILVÉRIO TEIXEIRA DO AMARAL

Silvério Teixeira do Amaral nasceu na "Vila de Palmeira", no norte do Rio Grande do Sul, atual município de Palmeira das Missões, aproximadamente entre os anos de 1867-1872. Era filho de Verônica da Silva[11] e Basílio do Amaral, ambos escravizados pela família Teixeira do Amaral. No inventário aberto no ano de 1866, em decorrência do falecimento de Balbina Iria Prestes, esposa de Antônio Teixeira do Amaral, foram inventariados cinco escravos, sendo eles: o "crioulo" Crispim, com 50 anos, Joaquim de "Nação" com 30 anos de idade, Felipe, "mulato" com 20 anos, **Basílio** [grifo meu] com 20 anos de idade e a "crioula" **Verônica** [grifo meu] com 16 anos[12].

9 Paróquia Nossa Senhora da Conceição. Santa Maria. Livro de Batismo n. 7 (1864-1869), p. 8. ACSM.

10 Banco de dados do Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria. Fonte gentilmente cedida pela pesquisadora Gabriela Rotilli dos Santos (2021).

11 Na habilitação de casamento de Silvério Teixeira do Amaral e Laura Pinheiro de Oliveira

12 Inventário *Post-Mortem*. Palmeira das Missões. Cartório da Vara de Família ano de 1866. Processo nº 94. APERS.

Em 1871, por conta do falecimento de Antônio Teixeira do Amaral, foi aberto um novo processo de inventário, no qual Basílio e Verônica continuaram como "propriedade" dos Teixeira do Amaral, assim como mais quatro pessoas escravizadas, sendo que dentre elas, duas eram seus filhos. Verônica, agora com 24 anos de idade, perdeu seu "valor de mercado", descrita como "doente", logo após seu nome constam duas crianças escravizadas, Silvério com quatro anos de idade e Verônica (sem idade especificada), juntos "valiam" 150$[13].

Os caminhos que tomaram as vidas de Basílio, Verônica e seus filhos estavam permeados de incertezas, porém a família mantivera-se unida após a partilha de bens do inventário de Antônio Teixeira do Amaral. Nesse mesmo ano, outro processo era aberto em decorrência do falecimento de Josepha Maria da Piedade, mãe de Balbina Iria Prestes, sendo o inventariante Manoel José de Oliveira Prates, marido da falecida[14]. Dentre os 11 escravizados inventariados constavam Verônica, descrita como "doada", cujo "valor" seria 500$ e Silvério e Verônica (filha) que juntos foram "avaliados" por 200$. Por onde andava Basílio? Ao que tudo indica Basílio continuava escravizado pela família Teixeira do Amaral e os vínculos familiares entre ele, Verônica e seus filhos não foram rompidos. Basílio volta a aparecer na carta de alforria, a qual era "concedida" sem "ônus algum" por Adolfo Teixeira do Amaral, filho de Antônio e Balbina, no dia 31 de dezembro de 1884. Agora com 42 anos de idade, Basílio era descrito como "solteiro", "preto" e "africano", era "campeiro" especializado na lida com o gado.

Existe um espaço de mais ou menos 12 anos que não foi possível localizar Silvério e sua família ao longo da documentação histórica. Quais seriam as estratégias adotadas por Verônica, Basílio e seus filhos na vida em "liberdade"? Qual liberdade seria essa? Permanecer e migrar, trabalhar no campo ou na cidade, reinventar uma vida ou manter laços familiares que foram constituídos no cativeiro[15]. Silvério decidiu tentar a sorte em Santa Maria da Boca do Monte.

Chegado à Santa Maria por volta de 1895[16], Silvério deparou-se com uma localidade que ainda possuía características provincianas, mas crescia e se desenvolvia através da ferrovia, que atraia inúmeros trabalhadores, que assim como ele, iam para aquela localidade em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de existência. Não demorou muito para que Silvério estabelecesse laços de amizade com a comunidade negra local e atuasse no setor de transportes urbanos como boleeiro. Identifiquei a atuação de Silvério Teixeira do Amaral, assim como de outros muitos carroceiros e boleeiros, em organizações negras da cidade, como na Sociedade Treze de Maio, fundada em 1903 por egressos da escravidão e seus descendentes[17].

Sobre a atuação de Silvério Teixeira do Amaral como boleeiro, encontrei vestígios que dão conta de entender alguns aspectos do trabalho ligado ao setor de transportes urbanos de Santa Maria. Silvério trabalhava como condutor de carros desde o final do século XIX circulava pelas ruas da cidade, transportava muitos dos viajantes que adentravam em Santa Maria pela estação ferroviária. Entretanto, carroceiros, boleeiros e mais tarde os chauffeurs, prestavam serviços para a Intendência Municipal, seja nas corridas com as "autoridades municipais" para transportar os Intendentes, secretários, médicos e

13 Inventário *Post-Mortem*. Palmeira das Missões. Cartório da Vara de Família ano de 1871. Processo n° 104. APERS.

14 Inventário *Post-Mortem*. Palmeira das Missões. Cartório da Vara de Família ano de 1871. Processo n° 105. APERS.

15 Ver (FRAGA FILHO, 2004) e (RIOS; MATTOS, 2004).

16 Habilitação de Casamento. Silvério Teixeira do Amaral e Laura Pinheiro de Oliveira, Santa Maria, 1897. Family Search.

17 Ver (GRIGIO *et al.*, 2020).

delegados em serviço, como também nos trabalhos prestados para a "assistência pública", no transporte de "doentes", "ébrios", "indigentes" para o Hospital de Caridade ou para a Intendência. Silvério Teixeira do Amaral foi requisitado algumas vezes durante os anos de 1914 e 1919, tanto para realizar "corridas" para a assistência pública[18], como para a condução das "autoridades" para festividades na cidade[19], ou seja, eram pelo menos 24 anos trabalhando como boleeiro em Santa Maria.

As trajetórias dos trabalhadores analisados até aqui, nos mostram um caminho de reflexão, no qual as relações familiares e associativas são centrais para a compreensão das experiências negras nos mundos do trabalho, mais especificamente no setor de transportes urbanos de Santa Maria. Os boleeiros Rubens Pinto e Silvério Teixeira do Amaral compartilhavam experiências distintas em relação ao trabalho e as estratégias da vida em liberdade. Rubens Pinto, filho de libertos e neto de africanos, permaneceu próximo a sua família, aos seus pais, irmãos, tios e avós, trabalhando desde os sete anos de idade para os descendentes da família senhorial que escravizou sua mãe e avó. As relações de trabalho entre o jovem boleeiro e a família de Astrogildo de Azevedo, mantinham aspectos que demarcavam algumas continuidades do recente período escravista. Rubens era o "criado" da casa de Astrogildo, desempenhava afazeres domésticos e passou a conduzir a carruagem na qual o médico se deslocava de um canto a outro na cidade, era conhecido pelos populares como o "crioulo boleeiro" do doutor Astrogildo.

Já Silvério Teixeira do Amaral foi escravizado juntamente com sua mãe e pai. Os motivos que o levaram migrar de Palmeira das Missões para Santa Maria podem ser vários. Verônica, sua mãe, nos inventários da família Teixeira do Amaral era descrita como "doente", ela e seu pai Basílio não foram localizados na documentação em que tive acesso. O que posso presumir é que ambos tenham falecido precocemente e já não havia mais nada que prendesse Silvério à sua terra natal.

Santa Maria despontou naquele período como uma localidade atrativa, logo em que chegou à cidade Silvério conseguiu angariar recursos e adquirir seu meio de trabalho, ou seja, o carro e os animais para tração. Como proprietário de um carro de praça o boleeiro prestava serviços para as autoridades municipais e para a assistência pública. Mas, mesmo sendo proprietário do seu veículo e possuindo relações de trabalho completamente diferentes daquelas em que estava envolto Rubens Pinto, a precariedade do trabalho era constante. A carestia, a pouca remuneração e a insegurança relacionada ao trabalho nos transportes eram elementos presentes no cotidiano dos boleeiros de Santa Maria. As experiências de Silvério nos transportes urbanos pode o ter conectado ao associativismo negro da cidade, visto que seus colegas de profissão eram membros atuantes das sociedades negras de Santa Maria. Beatriz Loner (1999) já indicava a importância dessas organizações para a construção da classe trabalhadora, visto que dentro daqueles espaços os sujeitos se reuniam enquanto membros de uma determinada "raça", mas também enquanto trabalhadores.

Em suma, as experiências dos boleeiros negros de Santa Maria foram diversas, não podem ser generalizadas e devem levar em conta os projetos e estratégias adotadas nas "encruzilhadas da liberdade". Permanecer ou migrar? Trabalhar no campo ou na cidade? Reinventar uma vida ou manter laços familiares que foram constituídos no cativeiro? Esses foram somente alguns dos dilemas daqueles trabalhadores egressos da escravidão. As relações de trabalho, as redes familiares e sociais, assim como as

18 Recibo. Fundo da Intendência Municipal. Caixa 24, tomo 133. AHMSM.

19 Recibo. Fundo da Intendência Municipal. Caixa 30, tomo 178. AHMSM.

experiências associativas são elementos importantes para o estudo da classe trabalhadora, são possíveis de serem acessadas através de um trabalho intenso com a documentação histórica e oportunizam uma importante análise das categorias de classe e raça, ajudando a desconstruir o famigerado "Muro de Berlim historiográfico".

REFERÊNCIAS

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade:* Histórias e Trajetórias de Escravos e Libertos na Bahia, 1870-1910. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2004.

GRIGIO, Ênio. *"No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse":* a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2016.

GRIGIO, Ênio; BRUNHAUSER, Felipe Farret; OLIVEIRA, Franciele Rocha de; RODRIGUES, Luiz Fernando dos Santos da Silva; LIMA, Taiane Anhanha. *Organizações Negras de Santa Maria:* primeiras associações negras dos séculos XIX e XX. Santa Maria, 2020.

LONER, Beatriz. *Classe operária: organização e mobilização em Pelotas:* 1888-1937. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à história social do trabalho no Brasil. *In: Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 29, nº 59, p. 607 - 626, 2016.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. *Moreno rei dos astros a brilhar, querida União Familiar:* trajetória e memórias do clube negro fundado em Santa Maria, no Pós-Abolição. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2016.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. *Dos laços entre José e Innocência:* trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. *Trabalhadores negros criam União Familiar*: revivendo o mais antigo Clube Social Negro de Santa Maria/ RS. História em Revista, v. 27, p. 42-68, 2022.

RIOS, Ana M. Lugão; MATTOS, Hebe. O pós-Abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *In: Revista Topoi*, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

ROSSI, Daiane Silveira. Assistência à pobreza no interior do sul do Brasil (1903-1913). Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, Gabriela Rotilli dos. *Desabusadas e levadas do Diabo:* Mulheres pobres no ambiente urbano de Santa Maria no início do século XX (1903-1918). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. 2021.

ISSN 1984-5634

Um clube negro e memórias familiares do pós-abolição na trajetória de Claudete Barbosa Pereira (1957 – Butiá/RS)

Luana de Lima da Silva[1]

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Nesta comunicação pretendo abordar a trajetória de vida de Claudete Barbosa Pereira liderança negra na cidade de Butiá, município localizado na tradicional região carbonífera do estado do Rio Grande do Sul. A região ficou popularmente conhecida tendo em vista o estabelecimento da indústria de carvão que esteve em atividade em praticamente todo o século XX (SPERANZA, 2021). Dona "Dete" nome pelo qual é carinhosamente conhecida na comunidade é filha e neta de trabalhadores mineiros. O objetivo principal é pensar experiências de sociabilidade da comunidade negra de Butiá na trajetória de vida de dona Claudete. O recorte temporal aborda seu tempo de vida (1957-tempo presente), no entanto as histórias e memórias compartilhadas avançam e/ou recuam para além deste período. Utilizamos como metodologia de análise aspectos da história oral como a memória e a oralidade. As fontes principais são relatos orais.

EDITOR-CHEFE:
Elisa Schneider Venzon

EDITORA-GERENTE:
Leandro Ferreira Souza

COMO CITAR:
Silva, L. L. Um clube negro e memórias familiares do pós-abolição na trajetória de Claudete Barbosa Pereira (1957 – Butiá/RS). *Aedos*, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 43-49, jan.–jun., 2024.

https://seer.ufrgs.br/aedos/

SEGREGAÇÃO RACIAL NUMA COMUNIDADE DE TRABALHADORES

Dona Claudete Barbosa Pereira é uma mulher negra que nasceu em 1957 na cidade de Butiá, é neta de Manoel Domingos Padilha e Rafael Antunes da Fontoura trabalhadores das minas de carvão de Butiá e de Georgelina Padilha e Francisca Antunes Barbosa mulheres que trabalhavam no âmbito doméstico. Seu pai Patricio Antunes Barbosa também trabalhou nas minas de carvão e sua mãe dona Eva Padilha Barbosa foi trabalhadora do lar assim como as avós de dona Dete. Para Clarice Speranza (2021) mesmo as mulheres não tendo atuado na exploração das minas de carvão elas tiveram um papel fundamental na manutenção do oficio dos mineiros

1 Licenciada e mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orcid: 0009-0000-0186-7026. E-mail: luanadlimadsilva@gmail.com.

pois elas eram responsáveis pelos cuidados básicos e diários da rotina familiar como a lavagem de roupas, preparo das refeições e cuidados com a casa.

Claudete relatou na entrevista fornecida para a professora Clarice Speranza que vivera até os oito anos de idade no bairro onde hoje estão localizadas as ruínas do Poço de mineração número 2 – conhecido por Esqueleto ou Poço Farroupilha. O poço recebeu este último nome pois em 1935 quando foi inaugurado comemorava-se o centenário da

"revolução" Farroupilha. Após a inauguração do poço, começou a ser formado um aglomerado de pessoas na região, onde posteriormente veio a se chamar Bairro Vila Nova (HOFF, 1992). Este bairro operário acomodou outras experiências de sociabilidade como a sede do clube Ouro Preto espaço frequentado majoritariamente pela comunidade negra mineira.

As lembranças que Claudete tem do período é que na comunidade em que vivia havia uma série de conflitos e tensões em torno dos diferentes grupos étnicos e raciais que coexistiam no espaço. Assim ela nos conta: "Eu lembro que nós morávamos no poço 2, e nós tínhamos vizinhos brancos e não se misturavam muito, nem criança, também". Claudete lembra que no poço 2 havia uma torneira pública em um carro d'água (carro pipa) que passava na região. Era muito difícil para as crianças negras conseguirem pegar água quando o carro chegava. Segundo seu relato, a criança branca pegava água, enchia o recipiente e retornava ao reservatório, impossibilitando que a criança negra tivesse a sua vez. Muitas vezes, somente os pais das crianças negras conseguiam pegar água do carro.

O fato de ter havido carros móveis que transportavam água para as habitações demonstra que o abastecimento de água nas residências era precário o que nos mostra as condições insalubres que viviam os trabalhadores e suas famílias. Segundo Tassiane Mélo de Freitas (2021) as condições sanitárias nas residências e locais de trabalho era um problema frequentemente denunciado pelos mineiros e suas famílias. De acordo com a autora, devido a este quadro de insalubridade e periculosidade na região mineira, "o Sindicato dos Mineiros apontava, mediante o memorial, para a reivindicação da redução do número de anos de trabalho para fins de aposentadoria" (FREITAS, 2021, p. 70). O memorial foi um documento encaminhado em 1937 pelo Sindicato dos Mineiros (1933) ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Agamenon Magalhães, denunciando a condição árdua do trabalho nas minas de carvão.

A presença de pessoas negras convivendo lado a lado com pessoas brancas em bairros pobres já foi objeto de estudo do pesquisador Marcus Vinicius Freitas da Rosa (2011). O autor analisou formas de interações cotidianas desenvolvidas por negros e brancos, nacionais e estrangeiros na Colônia Africana, bairro cuja quantidade de moradores negros era bastante elevada. Segundo o autor as pesquisas sobre imigração no Rio Grande do Sul focaram exclusivamente nas experiências de europeus. Por outro lado, os estudos sobre a população negra na capital tenderam a enquadrar as experiências e formas de sociabilidade negra nos debates sobre territórios negros. Sendo assim tais pesquisas ignoraram a coexistência e as relações entre negros e brancos no mesmo espaço.

Formas de segregação racial foram encontradas em outros espaços de lazer. Ao se referir ao famoso Clube Butiá fundado em 1942: "Em Butiá, nem na calçada. [falha na conexão] aglomeração de negros. Era realmente racismo mesmo, fechado [...] Não podia entrar e nem ficar muito tempo na frente". Na cidade vizinha de Arroio dos Ratos Clarice Speranza encontrou o mesmo tipo de segregação racial nos espaços de lazer. O clube Tesouras que era destinado aos negros parece ter sido um dos

primeiros clubes negros a surgir na cidade. Esta informação é atestada em entrevista realizada por Clarice Speranza (2017) com o mineiro aposentado chamado Juarez Lima, que informou na época que "o primeiro clube nascido em Arroio dos Ratos foi o 'Clube dos Tesouras', criado pelos negros" (*apud* SPERANZA, 2017, p. 70).

SOCIEDADE OURO PRETO: CLUBE DOS TRABALHADORES NEGROS E SUAS FAMÍLIAS

> A Sociedade Ouro Preto, pelo que minha mãe me contava, veio exatamente da função de minas. Foram mineiros. Pessoas que vieram de lugares, de fazendas, de outros, que terminaram vindo para a mina. Por exemplo: nós tivemos muita gente aqui de Barão do Triunfo, de Encruzilhada... Muitos filhos de Encruzilhada! Que terminaram vindo para Butiá. E eu não tenho exatamente a fundação disso. Não tenho. Mas são histórias que minha mãe contava, dos pais dela no Ouro Preto. Das festas, dos bailes. Porque os negros não tinham uma sociedade, né? Os negros faziam festas naquela época em casa.

Como as memórias de dona Dete nos mostram, a fundação do clube esteve relacionada ao trabalho e aos trabalhadores das minas de carvão de Butiá. Complementando esta informação acrescentamos que a instituição foi fundada em 03 de fevereiro de 1944 denominando-se inicialmente como Sociedade Carnavalesca Ouro Preto. O nome da instituição por si só já aponta o carnaval como atividade cultural que fundamentou a existência do espaço.

Os clubes sociais negros são organizações criadas nos últimos anos da escravidão, mas a grande parte foi criada sobretudo na primeira metade do século XX. De acordo com Fernanda Oliveira da Silva (2011) estes locais foram muito importantes para a integração sociocultural da população negra pois tinham como objetivo inicial a inserção social dos negros que eram impedidos de frequentarem os principais espaços sociais das cidades. Para a autora esta foi uma primeira resposta à sociedade da época que tinha como eixo estruturante a discriminação racial, a importação de imigrantes europeus e a ideologia do branqueamento.

A autora nos traz que devemos atentar para o fato de que estas experiências associativas não podem ser resumidas apenas a um olhar de resposta à sociedade. Como aponta Petrônio Domingues (2020), estas associações também tinham como finalidade satisfazer as necessidades econômicas, culturais, religiosas e humanas de uma população que vivia em condições adversas. Em correspondência endereçada a Fernando Lacourt (engenheiro-chefe da Companhia Carbonífera Minas do Butiá) em 28 de fevereiro de 1944, a sociedade Ouro Preto através de sua diretoria, que tinha como presidente Domingos Idalino e como secretário Ernani Conceição, agradece o apoio da companhia e nos informa sobre a condição de vida da comunidade negra de Butiá:

> A Diretoria da S. C. "Ouro Preto", e todos os demais sócios, vem por meio deste atenciosamente agradecer V. S. a generosidade de tão grande oferta, que a nós foi feita **para que possamos dar mais um passo para procurarmos um pouco de convívio social, que em nossa vida penosa é tão restrita**. Cheios de reconhecimento de vossa benevolencia para com os pequeninhos, e humildes, apresentamos a nossa sincera, e imorredura gratidão. E, desde já pela diretoria, e componentes da sociedade "Ouro Preto" subescrevemo-nos de V. S. "Creados, Agradecidos.

Fernanda Oliveira da Silva analisou em sua tese de doutorado (2017) os clubes sociais negros do extremo sul do Rio Grande do Sul durante o imediato pós-abolição. Para a autora, os clubes

sociais negros são entendidos como "construções culturais que conferem inteligibilidade histórica à experiência de racialização vivenciada no pós-abolição" (OLIVEIRA, 2017, p. 21). Segundo a autora isto significa pensar que existiu uma experiência de racialização vivenciada através da ideia de raça imposta para os sujeitos negros a partir dos clubes negros. Assim é importante pensar que estes locais existiram para além do momento de lazer concretizado pelas festas pois também são entendidos como espaços políticos, na medida em que suas reivindicações enunciam sobre questões de uma cidadania negra. Esta busca e disputa por cidadania pode ser percebida em momentos de organização do espaço, construção de uma sede própria até a busca e oferecimento de trabalho nas dependências do clube (SILVA, 2022). Assim defende a autora que estas questões nos permitem olhar para as organizações negras do ponto de vista do pós-abolição nas quais as reinvindicações dos próprios sujeitos negros são entendidas como fio central.

Ao mesmo tempo que a correspondência nos mostra a condição difícil que vivia a comunidade negra local nos fala também sobre a busca por melhores condições de vida. Assim como apontou Tassiane Mélo (2021) foi necessário a negociação com o patronato empresarial como estratégia de luta para ganhos políticos.

ORALIDADE E MEMÓRIAS FAMILIARES DO PÓS-ABOLIÇÃO

Uma questão que têm me tocado desde o começo da pesquisa a respeito da trajetória de dona Claudete tem a ver com a oralidade e como a partir deste valor a mesma têm se sentido a vontade para compartilhar histórias a respeito de seus familiares. Não me deterei à uma análise da memória enquanto um fenômeno que é construído no tempo presente (ALBERTI, 2004) embora acredite no forte potencial de tal perspectiva. Tentarei, pois, pensar de forma introdutória o que nos diz estas memórias no tempo em que foram vividas, enquanto acontecimentos passados conforme as narrativas daqueles que o testemunharam (ALBERTI, 2013).

Ângela de Castro Gomes (1996) ao estudar a trajetória de Alzira Vargas, filha de Getúlio Vargas buscou uma definição para pensar a atuação das mulheres na história e a estas ela atribuiu a noção de guardiãs da memória. Para a autora estas mulheres são as narradoras privilegiadas da história do grupo a qual pertence, pois guardam e possuem as marcas do passado vivido por seus ancestrais.

Quando dona Claudete nos convida a ouvi-la nos faz pensar na importância que a oralidade tem em sua vida. Isto nos remeteu diretamente aos valores civilizatórios afro-brasileiros cunhados pela educadora Azoilda Loretto da Trindade (sem data). A autora propôs que redescobríssemos as potencialidades dos sujeitos negros a partir dos valores da comunidade afro-brasileira. Estes são um conjunto de aspectos e características existenciais que foram ressignificados pelo modo de ser dos afrobrasileiros. São entendidos como "princípios e normas que corporificam um conjunto de aspectos e características existenciais, espirituais, intelectuais e materiais, objetivas e subjetivas, que se constituíram e se constituem num processo histórico, social e cultural" (TRINDADE, p. 30-31). A autora defini a oralidade como um valor que carrega sentidos e marcas da existência negra. Dessa forma o contar e narrar histórias vai muito além de fatos compartilhados, pois se trata também de uma tecnologia de conhecimento que se registra através das palavras, histórias e memórias. Seria a oralidade um dos dados reais da existência negra na formação histórica da sociedade brasileira? Aqui tenho tentando

refletir embasada no pensamento de mulheres negras como a história dos sujeitos negros poderia ser compreendida para além de abordagens fragmentadas (NASCIMENTO, 1974).

Dona Claudete através da oralidade nos informa questões importantes para pensar o pós-abolição a partir da origem de seus pais:

> O meu pai não contava muito as histórias do Ouro Preto. Foi mais a família da minha mãe. Meu pai teve um outro tipo de vida. Não muito em sociedade. Ele foi aprender o que era baile e coisa assim depois que ele se casou. Porque solteiro, não muito. Eles foram criados em fazendas, os pais trabalhavam naquelas fazendas, e eles cresceram assim, na família do meu pai. Então ele não teve muita esta coisa do Ouro Preto. Chegou a ir no Ouro Preto mas foi poucos anos. Não era assim dele falar desta história. A minha mãe falava mais.

Como podemos perceber o clube Ouro Preto foi uma experiência de sociabilidade que atravessou a vida de Dete por conta da vivência de sua família materna. Isso se deu sobretudo porque seu avô Manoel Domingos Padilha trabalhou nas minas de carvão e porque sua mãe dona Eva – por ter frequentado o espaço, lhe contava as histórias do mesmo.

Em vídeo produzido pela administração pública da cidade de Butiá em 2021, em comemoração à 34º Semana da Consciência Negra, Claudete Barbosa nos forneceu um relato similar ao anterior enfatizando a experiência de sociabilidade da família paterna:

> Meu pai teve um passado muito forte por isso que eu digo que sou filha de Patrício Antunes Barbosa, porque meu pai foi criado em terras de fazendeiros. Meu avô Rafael, pai dele, foi um pé no chão, filho de pessoas chefes de fazenda, chamado filho adotivo, mas na realidade era um escravo.

As memórias sobre o passado da família paterna, compartilhadas por seu pai Patricio, nos mostram que as experiências de sociabilidade desta família estiveram marcadas por acontecimentos que limitaram a liberdade desta família. Em entrevista recentemente realizada, Dona Dete nos relatou que seus avós eram oriundos de uma região chamada Costa do Sutil. Cruzando registros civis com este dado pudemos localizar algumas informações que complementam a reconstituição desta experiência familiar. No registro de casamento de seus avós consta que os mesmos se casaram no dia 10 de abril de 1929 numa localidade chamada Quarto distrito do munícipio de São Jerônimo. A partir deste registro pudemos inferir que seu avô nasceu no ano de 1909 e sua avó em 1912. Não conseguimos localizar até o presente momento o registro de nascimento dos mesmos para averiguar o local de nascimento. No entanto já conseguimos averiguar que a região denominada Costa do Sutil se refere ao atual distrito de Quitéria.

O clube Ouro Preto foi um importante espaço de sociabilidade negra para os trabalhadores mineiros e suas famílias. Foi uma conquista da comunidade negra local que arraigada da sociedade em que vivia teve que por suas próprias ações encontrar meios para acessar direitos de cidadania como o lazer e a cultura. O clube na trajetória de Dona Dete nos faz pensar numa experiência de sociabilidade que alcançou gerações da mesma família tendo como principal guardiã desta história sua mãe dona Eva. No entanto a experiência clubista não pareceu ter marcado a trajetória de todas as pessoas negras da comunidade de Butiá como ficou exemplificado pela experiência de seu pai Patricio. Ao conhecermos as memórias da família paterna de dona Dete atentamos para o dado de um evento que foi marcante em sua história familiar não por acaso ela se identifica fortemente com o pai. Nesse sentido as memórias

sobre experiências e relações familiares têm se mostrado um caminho para acompanhar a trajetória de famílias negras na cidade de Butiá, Rio Grande do Sul durante o pós-abolição.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. O que documenta a fonte oral: a ação da memória. *In:* ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, pp. 33-42.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

DOMINGUES, Petrônio. Negros no Brasil Meridional: associativismo no pós-Abolição.

In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; TEIXEIRA, Luana; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Pós-Abolição no Sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras.* Salvador: Sagga, 2020, p. 22-37.

FREITAS, Tassiane de Mélo. *Das minas de carvão para os clubes de futebol e sociedades recreativas*: experiência de classe entre o operariado da indústria carbonífera do Rio Grande do Sul (1930-1950). 313 p. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional,* Rio de Janeiro, v.9, nº 1/2, p.17-30, jan./dez. 1996.

HOFF, Gertrudes Novak. *Butiá em busca de sua história*. Arroio dos Ratos: PBS, 1992.

IDALINO, Domingos; CONCEIÇÃO Ernani. Carta a Fernando Lacourt. Arquivo Histórico da Mineração, Fundo documental Cadem, série assistência Social, tipologia Clubes de futebol e sociedades. 28 de fevereiro de 1944.

Nascimento, Beatriz. Por uma história do homem negro. *In:* (org.) RATTS, Alex. *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro, 2021, p. 37-46.

PEREIRA, Claudete Barbosa. *Depoimento*. Entrevistadora: Clarice Speranza. Butiá: Casa de Claudete Barbosa Pereira. Via WhatsApp (áudio gravado, 1h). Depoimento concedido para o projeto Solidariedade e conflito: experiências e identidades entre mineiros de carvão no Rio Grande do Sul (1850-1950). 6 de agosto de 2020.

PREFEITURA DE BUTIÁ. Projeto Memória - EP 12 - Sociedade Ouro Negro. *Youtube*. 17 de novembro de 2021. Disponível em: https://fb.watch/cCmfVGZzIA/. Acesso em: 23 de fevereiro de 2022.

ROSA, Marcus Vinícius Freitas da. Colônia Africana, arrabalde proletário: o cotidiano de negros e brancos, brasileiros e imigrantes num bairro de Porto Alegre durante as primeiras décadas do século XX. *5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.* Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2011.

SILVA, Fernanda Oliveira. *As lutas políticas nos clubes negros:* Culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960). 278 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SILVA, Fernanda Oliveira. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços:* associações e identidades negras em Pelotas (1820- 1943). 278 P. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SPERANZA, Clarice Gontarski. Conflitos, solidariedade e formação de classe – Nacionais e estrangeiros nos primórdios da mineração de carvão do Brasil (1850-1950). *Canoa do Tempo*, Manaus, v. 9, n. 1, 2017.

SPERANZA, Clarice Gontarski. Gênero e classe numa comunidade de mineração de carvão do Brasil em meados do século XX. *Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores,* 1, 2021, p. 113-136.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. *Valores Civilizatórios Afro-brasileiros na educação,* Programa 2, p. 30-36.

ISSN 1984-5634

Reflexões sobre metodologia de pesquisa em processos criminais

Henrique Mareth Trombetta[1]

Universidade Federal de Santa Maria

Este texto tem como objetivo produzir reflexões acerca da metodologia para o desenvolvimento de uma pesquisa sobre a temática crime, controle social e racialização, utilizando processos-crime como fonte. A reflexão será feita em conexão com outros dois trabalhos que empregam métodos, técnicas e fontes semelhantes, sendo eles o artigo *Histórias de violência: processos criminais e conflitos inter-étnicos*, de Karl Monsma, e a tese de Marcus Vinicius de Freitas Rosa, intitulada Além *da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918*).

A pesquisa, ainda em desenvolvimento, busca investigar como o crime, controle social e o racismo se cruzam e interferem no pós-abolição em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Para isso, utiliza como fonte os processos criminais da Comarca de Santa Maria, no recorte temporal provisório que vai de 1910 a 1930, digitalizados pelo Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. A utilização dos processos-crime se justifica, primeiramente, por serem uma janela de acesso à fala de populares – apesar da formatação imposta pelos órgãos judiciais -, que dificilmente deixariam para a posteridade algum registro sobre seu cotidiano e seus conflitos. Além disso, a leitura a contrapelo dos processos permite que se identifique eventuais referências às cores das pessoas envolvidas, num contexto em que a cor deixa de ser um critério padrão e recorrente de identificação como são o nome, a profissão, o estado civil e a naturalidade (MATTOS, 2013). Com isso, é possível refletir sobre os significados por trás das eventuais referências às cores dos envolvidos, num contexto pós-abolição da escravidão, no qual se discutem novos significados de cidadania e direitos civis, ao mesmo tempo que a ciência legitima a ideia de uma humanidade dividida entre raças, no sentido biológico (SCHWARCZ, 2019).

EDITOR-CHEFE:
Elisa Schneider Venzon

EDITORA-GERENTE:
Leandro Ferreira Souza

COMO CITAR:
Trombetta, H. M. Reflexões sobre metodologia de pesquisa em processos criminais. *Aedos*, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 50-53, jan.–jun., 2024.

https://seer.ufrgs.br/aedos/

1 Graduado em História – licenciatura e bacharelado pela UFSM. Mestrando em História no PPGH/UFSM. Orcid: https://orcid.org/0009-0007-3347-7461. E-mail: htrombetta8@gmail.com.

Em seu artigo, Karl Monsma investiga processos criminais das últimas décadas do século XIX ocorridos em São Carlos, no interior paulista, referentes a conflitos inter-étnicos travados por imigrantes italianos contra fazendeiros, a polícia, brancos pobres e, por fim, negros. O autor aponta que, em geral, os inquéritos policiais são mais úteis para este tipo de análise do que os processos judiciais, pois os inquéritos normalmente ocorriam poucos dias depois do evento e os depoimentos não sofriam a intervenção do advogado de defesa e nem do promotor. Entretanto, deve-se ter cautela em relação às confissões dos réus, pois sempre existe a possibilidade de terem sido arrancadas com espancamentos ou simplesmente inventadas pelo delegado, no caso de réus analfabetos ou sem conhecimento do português. Sobre os depoimentos na fase do julgamento, Monsma aponta que, quando não simplesmente repetem a mesma história, eles fornecem material adicional para a análise:

> Muitas vezes as mudanças evidenciam as estratégias do advogado e do promotor, mas também podem mostrar a influência de redes de comunicação. Por exemplo, se histórias, inicialmente diversas, das testemunhas de uma etnia convergiam durante o julgamento, temos evidência da construção de uma "versão oficial" do crime na comunidade étnica (MONSMA, 2000, p. 20).

> Monsma aponta que "brigas violentas entre pessoas de etnias distintas estimulavam as partes e as testemunhas a elaborarem narrativas explicativas, que geralmente salientavam aspectos dos eventos que correspondiam às tensões cotidianas" (MONSMA, 2000, p. 23). Nesse sentido, o autor enfatiza a importância de

> Comparar as várias versões relatadas por réus, vítimas e testemunhas em inquéritos policiais e processos judiciais. Divergências étnicas nas interpretações sugerem a natureza dos conflitos entre grupos e o grau de polarização. Como os réus e as vítimas quase sempre construíam histórias que favoreciam a si mesmos, as narrativas das testemunhas são essenciais para o método de análise defendida aqui. Mesmo assim, os elementos que réus e vítimas selecionavam, ou inventavam, para elaborar suas narrativas podem indicar diferenças étnicas na percepção da situação e do que serviria como desculpa aceitável para as agressões. (MONSMA, 2000, p, 23)

Os apontamentos metodológicos de Monsma para trabalhar com processos-crime[2] são muito pertinentes para a pesquisa de forma geral, porém alguns aspectos precisam ser relativizados. O primeiro dele refere-se ao recorte geográfico. A imigração italiana, apesar de ter ocorrido tanto no estado de São Paulo como no do Rio Grande do Sul, teve aspectos e finalidades diferentes entre ambos. Enquanto em São Paulo os imigrantes atuavam nas lavouras de café, numa função até pouco tempo desempenhada por mão de obra cativa – o que ocasionava uma série de conflitos investigados pelo autor -, no Rio Grande do Sul os imigrantes destinavam-se a povoar regiões ainda pouco exploradas economicamente. Dito isso, ressalta-se que houve um núcleo colonial de imigração italiana em Santa Maria iniciado no último quarto do século XIX, conhecido como a 4ª colônia, atual município de Silveira Martins. Portanto, italianos também são visíveis nas fontes.

Outro aspecto a ser relativizado é o recorte temporal. Enquanto Monsma analisa processos das duas décadas finais do século XIX, a presente pesquisa analisa processos da segunda e terceira década do XX. Isso significa que transformações estruturais já ocorreram ou estão em curso no Brasil, como

2 Aqui entendidos como a soma entre o inquérito policial e o processo judicial, já que ambos se encontram sempre anexados no acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

por exemplo a abolição da escravidão e o início do regime republicano. Dessa forma, a pesquisa situa-se mais precisamente no pós-abolição.

Em sua tese, Marcus Vinicius de Freitas Rosa busca analisar experiências negras em Porto Alegre no pós-abolição, e uma das fontes utilizadas são os processos criminais. Neles, o autor busca a presença de significados raciais, que são, implícita ou explicitamente, "distintivos e hierarquizantes, em que os negros despontaram como alvo primordial dos estigmas e da depreciação" (ROSA, 2019, p. 24). Nesse sentido, o autor aponta que

> Analisando os anos finais da escravidão e o período pós-abolição, é possível perceber que vincular as supostas peculiaridades étnicas e raciais aos xingamentos, estigmatizações, distinções e hierarquizações era um procedimento recorrente em situações que envolviam ampliação ou restrição de direitos, apagamento ou reforço das distinções sociais, desrespeito ou reafirmação das hierarquias e, em alguns casos, certa intolerância ao convívio. Ou seja, tais significados nem sempre eram consequências das dissensões: muitas vezes, eram a causa e serviam para manter os negros nos seus "devidos lugares". A atitude de atribuir adjetivos depreciativos e inferiorizantes à pele escura era um costume disponível a sujeitos pertencentes a diferentes alturas da hierarquia social, incluindo gente pobre, que recorria aos significados raciais em situações particulares e de acordo com seus próprios interesses. Na maior parte do tempo, as depreciações da raça permaneciam silenciosas e simultâneas à tolerância, à cordialidade e à colaboração em condições de trabalho e de moradia nas quais conviviam sujeitos com perfis étnico-raciais variados [...]. (ROSA, 2019, p. 25)

Portanto, a principal contribuição metodológica do trabalho de Marcus Vinicius de Freitas Rosa é em relação à interpretação dos significados raciais que emergem nos processos criminais. Em suas análises, o autor pontua que nos processos em que há a menção às cores das pessoas, os negros, pretos, crioulos, africanos, caboclos, indiáticos e mestiços em geral tendem a ser muito mais identificados pela cor.

> Ao mesmo tempo, a pele branca estava submetida ao silêncio: porque não tinha potencial ofensivo como os tons epidérmicos mais escuros, não era evocada como insulto ou xingamento em momentos de conflito; porque fora tradicionalmente associada à liberdade durante a escravidão, não funcionava como estigma do cativeiro ou critério de negação da cidadania depois da Lei Áurea; e porque se tratava de uma sociedade que perseguia o branqueamento, a identidade branca constituía um modelo a ser seguido, mas também um lugar simbólico referencial, de onde se emitiam sentidos para todos aqueles que não traziam no corpo os atributos visíveis necessários para figurarem como brancos. (ROSA, 2019, p. 34)

Dessa forma, a obra é uma referência metodológica fundamental para a presente pesquisa, visto que se relaciona diretamente com suas fontes e seus objetivos. Os apontamentos do autor, apesar de também se referirem a processos de um período anterior ao da presente pesquisa, são válidos e já foram verificados em alguns processos da Comarca de Santa Maria. Entretanto, também é necessário que se faça algumas ressalvas quanto à utilização do método do autor na presente pesquisa. Por tratar-se de uma tese de doutorado, a pesquisa do autor é muito mais ampla, e envolve outras fontes que dialogam com os processos criminais, como relatos de viajantes, periódicos e a imprensa negra. Especialmente por meio da última, o autor é capaz de investigar a racialização "positiva", quando negros atribuem bons adjetivos para a sua cor de pele, o que dificilmente ocorre em processos criminais. Além disso, ao focar a análise dos processos na experiência de pessoas negras, o autor acaba deixando de fora as arguições dos advogados, que eventualmente aparecem nos processos escritas pelos próprios. Trata-se

de membros da elite econômica, que estudaram em faculdades de direito e tiveram, na época, uma formação pautada em princípios racializados e bio-deterministas, que acabam transparecendo em seus discursos e que também são dignos de análise, pois interferem diretamente no curso do processo.

Por fim, tanto o artigo de Karl Monsma quanto a tese de Marcus Vinicius de Freitas Rosa são referências metodológicas importantes para a presente pesquisa e nela serão utilizadas, feitas as devidas ressalvas. O artigo de Monsma traz importantes apontamentos acerca das solidariedades e conflitos étnicos que eventualmente são encontrados nos processos, e a tese de Rosa contribui muito com a interpretação do sentido nas menções às cores das pessoas em situações horizontais e verticais.

REFERÊNCIAS

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*: o significado da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

MONSMA, Karl. *Histórias de violência*: processos criminais e conflitos interétnicos. *XXIV Encontro Anual da ANPOCS*, Petrópolis, outubro de 2000. p. 01-24.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. *Além da invisibilidade:* história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição. Porto Alegre: EST Edições, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças:* cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.